



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025

PROCESSO Nº 2025052412

ARP Nº 013/2025

A FUNDAÇÃO INTEGRADA MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR - FIMES - mantenedora do **CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS - UNIFIMES**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.465.988/0001-27, sediada na Rua 22 s/nº - Setor Aeroporto, Mineiros - GO, CEP: 75.833-130, neste ato representado por sua Gestora, a professora Ma. Juliene Rezende Cunha, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Mineiros, inscrita no CPF sob o nº. 036.690.796-45, portadora do RG nº. 3315365-4165284 SSP/GO, legitimada para o cargo pelo Decreto Municipal 335 de 23 janeiro de 2025 e Termo de Compromisso e Posse, com fundamento no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2025, Processo nº 2025052412**, regido pelo Decreto 10.024/2019, com aplicação subsidiária da Lei nº 14.133/2021, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e conforme Termos de Homologação e Adjudicação contido nos autos, Resolve lavrar nesta data e de comum acordo a presente ATA para **REGISTRO DOS PREÇOS**, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para *Formação de Ata de registro de preços* para a aquisição de materiais de limpeza entre outros materiais de consumo como copa e cozinha, acondicionamento e embalagem atendendo as necessidades da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior – FIMES, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos, que

é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. A presente Ata de Registro de Preços constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, com característica de compromisso para futura e eventual contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS FORNECEDORES, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. A relação de fornecedores e o preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor

Razão Social: FAM ATACADO E DISTRIBUICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA

CNPJ: 39.321.340/0001-50

Endereço: Av. das Palmeiras, n.º 2370 sala B, Setor Jardim das Palmeiras, Palmeirópolis/TO

CEP: 77.365-000

Telefone: +55 63 98418-6329


E-mail: famatacado@yahoo.com

Representante Legal

Nome: Francieliton Ribeiro dos Santos de Albernaz

ITEM	QTD	UNID ADE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	V. UNIT.	V. TOTAL
4	5	UNID ADE	Baleiro Bomboniere Potiche de Vidro Transparente 16 Cm X 12 Cm	GLASSC ANDY	VIDRO	R\$19,90	R\$99,50

JC

							
13	40	UNID ADE	ESCOVA VASO SANITARIO	VIDAL	C/SUPOR TE	R\$3,60	R\$144,00
20	1000	METR O	MANGUEIRA FLEXÍVEL PARA JARDIM (METROS), DIAMENTRO ½", PRODUZIDA EM 3 CAMADAS DISTINTAS INTERNA EM PVC INTERMEDIARIA EM FIO DE POLIESTER TRANÇADO E EXTERNA EM PVC	BARIFLE X	1/2	R\$3,58	R\$3.580,0 0
33	3	UNID ADE	SUPORTE PARA DISCO DE LIMPEZA COM VELCRO com flange 410 mm para enceradeira	GENERI CA	410MM	R\$168,3 8	R\$505,14

Fornecedor

Razão Social: GOIASPAPER DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ: 13.712.784/0001-22

Endereço: Rua C-131, Nº 877, Qd. 258, Lt. 1, Sala 1, Jardim América, Goiânia/GO

CEP: 74.255-240

Telefone: +55 62 3921-6550

E-mail: goiaspaper@hotmail.com

Representante Legal

Nome: Caio Cesar Alves Fonseca

JC

ITEM	QTD	UNID ADE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	V. UNIT.	V. TOTAL
10	200	CAIXA	COPO DESCARTÁVEL de 200 ml incolor; caixa 25x100. Copo descartável de excelente qualidade, ideal para água, refrigerante, etc. Composição: PS. Cor: Transparente. Caixa contendo 25 pacotes com 100 unidades. Capacidade: 200 ml	COPOFL EX	COPOFLE X	R\$89,00	R\$17.800,00

Fornecedor

Razão Social: JV ATACADAO LTDA

CNPJ: 54.323.856/0001-27

Endereço: Avenida Nilson Dantas Pires, N° 72, Quadra 15, Lote 23, bairro Conjunto Cidade Jardim II, Jataí/GO

CEP: 75.807-764

Telefone: + 55 64 99347-7075

E-mail: jvatacadaolta@gmail.com

Representante Legal

Nome: Juliana Aparecida de Carvalho de Moraes

ITEM	QTD	UNID ADE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	V. UNIT.	V. TOTAL
2	1020	UNID ADE	ALCOOL ETILICO HIDRATADO 70% 70 INPM LIQUIDO. EMBALAGEM 1 L	AIDAR	AIDAR	R\$5,69	R\$5.803,80
5	30	UNID ADE	CADEADOS EM LATÃO DE 40MM	PADO	PADO	R\$28,83	R\$864,90

JC

17	60	UNID ADE	GARRAFA TÉRMICA 1,8 L, VÁLVULA COM SUCÇÃO (INOX) - GARRAFA TÉRMICA 1,8 L, VÁLVULA COM SUCÇÃO (INOX).	UNITER MI	UNITERM I	R\$88,70	R\$5.322,0 0
19	20	UNID ADE	LIXEIRA COM TAMPA BASCULANTE: em material plástico de boa qualidade. 30 litros	SANREM O	SANREM O	R\$59,89	R\$1.197,8 0
25	40	UNID ADE	RODO 40 CM (ALUMINIO)	PROEZA	PROEZA	R\$17,99	R\$719,60

Fornecedor

Razão Social: LBM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ: 58.686.636/0001-19

Endereço: Rua do Comércio, nº 41, Centro, Ouro Verde de Goiás/GO

CEP: 75.165-000

Telefone: +55 62 99223-9414

E-mail: diretoria.lbm@gmail.com

Representante Legal

Nome: Luiza Cristina Araújo de Oliveira Queiroz

ITEM	QTD	UNID ADE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	V. UNIT.	V. TOTAL
3	20	UNID ADE	AVENTAL IMPERMEAVEL PVC FEMININO PARA LIMPEZA. Com bolso, Tamanho M.	ALVORA DA	ALVORA DA	R\$21,79	R\$435,80
8	2	UNID ADE	CAIXA PLÁSTICA BRANCA 372 LITROS FECHADA c/ Tampa e	JSN	JSN	R\$1.499 ,00	R\$2.998,0 0

JC

			<p>Rodas</p> <p>Descrição:</p> <p>Caixa plástica 370L empalhável completa.</p> <p>Injetada em plástico polipropileno (PP), possui tampa com encaixe para empilhamento e frisos que impedem o acúmulo de água.</p> <p>Acompanha:</p> <p>Tampa em polipropileno (PP)</p> <p>04 sapatas para o encaixe das rodas</p> <p>Jogo de rodas (02 rodas fixas de 5" e 02 rodas giratórias de 5" cabo zincado</p> <p>Medidas externas: 970mm (altura) x 710mm (largura) x 1160mm (profundidade)</p> 				
11	40	CAIXA	COPO DESCARTÁVEL PP de 200 ml incolor liso, tipo copo de Chopp que	VEROCO PO	VEROCO PO	R\$119,00	R\$4.760,00

JC

			seja resistente a resíduos químicos, pois será utilizado no laboratório de solos e sementes; caixa 20x50.				
12	20	CAIXA	COPO DESCARTÁVEL PP de 330 ml incolor liso, tipo copo de Chopp que seja resistente a resíduos químicos, pois será utilizado no laboratório de solos e sementes; caixa 20x50.	VEROCO PO	VEROCO PO	R\$139,50	R\$2.790,00
14	3	UNIDADE	ENCERADEIRA 410MM COM REFIS DE DISCOS. 220V, Rodas de PVC que evitam marcas no piso, Peso aproximado 35 Kg.	CLEANE R	CLEANE R	R\$3.781,10	R\$11.343,30
16	20	PACOTE	FIBRA PRETA PARA LIMPEZA ULTRA PESADA (10 X 26CM) KIT 10 UM	BETTAN IN	BETTANI N	R\$22,08	R\$441,60
18	46	UNIDADE	LIMPA VIDROS CONCENTRADO 5 LITROS	AUDAX	AUDAX	R\$24,00	R\$1.104,00
23	810	PACOTE	PAPEL HIGIENICO 8X300 M	LUXPEL	LUXPEL	R\$36,90	R\$29.889,00
24	1500	FARDÃO	PAPEL TOALHA LUXO: Interfolhado Branco, formato mínimo aproximado 19,5 cm x 20,5 cm; mínimo de 1000	LUXPEL	LUXPEL	R\$11,20	R\$16.800,00

JC

			folhas por fardo; papel de boa qualidade. Material virgem. Papel toalha a ser utilizado em laboratórios.				
27	6	UNID ADE	<p>RODO PARA PIA 15 CM (ALUMÍNIO).</p> <p>Medidas aproximadas Altura: 17 cm Largura: 2 cm Comprimento: 15 cm</p> 	RODOBE M	RODOBE M	R\$4,99	R\$29,94
28	200	PACO TE	<p>SACO DE LIXO 200 L.</p> <p>Resistente, sem cheiro, classe 1, tipo c, sem fechos, para resíduo normal. Fundo reforçado, na cor preto ou azul. Pacote com 100 unidades</p>	LUXPLA ST	LUXPLAS T	R\$55,00	R\$11.000,00
29	200	PACO TE	<p>SACO DE LIXO 100 L.</p> <p>Resistente, sem cheiro, classe 1, tipo c, sem fechos, para resíduo normal. Fundo reforçado, na cor preto ou azul. Pacote com 100 unidades</p>	LUXPLA ST	LUXPLAS T	R\$28,00	R\$5.600,00
30	400	PACO TE	<p>SACO DE LIXO 50 L.</p> <p>Resistente, sem cheiro, classe 1, tipo c, sem fechos, para resíduo</p>	MPM	MPM	R\$21,00	R\$8.400,00

JC

			normal. Fundo reforçado, na cor preto ou azul. Pacote com 100 unidades				
31	100	UNID ADE	SELADOR PARA PISO GRANITINA. Impermeabilizante; 1L de produto é distribuído em até 50 m2; deve possuir excelente aderência, eliminar a porosidade do piso, preparando-o para a aplicação do acabamento; proporcionar uma melhor aplicação da cera e aumentar o tempo de duração da aplicação da cera; não inflamável; Produto biodegradável. Aspecto: Líquido Opaco; Cor: Branco; Odor: Característico; pH (tal qual): 6,0 – 9,0; Teor de sólidos não voláteis: 15%. Unidade de 5 L	BIOMAX	BIOMAX	R\$76,00	R\$7.600,00

Fornecedor

Razão Social: TOTAL SEGURANCA EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA

CNPJ: 13.851.726/0001-80

Endereço: Rua 15, n. 47, Quadra M, Lote 10, Bairro Machado, Mineiros, Goiás

CEP: 75.830-132

Telefone: +55 64 3661-2454

E-mail: totalseguranca@totalseguranca.net

JC

Representante Legal

Nome: Flávia de Sousa Magalhães Luciano

ITEM	QTD	UNID ADE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	V. UNIT.	V. TOTAL
1	200	UNID ADE	ÁLCOOL EM GEL 70° INPM GALÃO DE 5 LITROS	PROILIN K	ÁLCOOL EM GEL 70° INPM GALÃO DE 5 LITROS	R\$45,50	R\$9.100,00
6	30	UNID ADE	CAIXA ORGANIZADORA plástico transparente 30 litros, tampa com trava.	RISCHIO TO	CAIXA ORGANIZ ADORA plástico transparent e 30 li	R\$58,85	R\$1.765,50
7	20	UNID ADE	CAIXA ORGANIZADORA plástico transparente 80 litros, tampa com trava.	RISCHIO TO	CAIXA ORGANIZ ADORA plástico transparent e 80 litros	R\$117,00	R\$2.340,00
9	2	UNID ADE	CARRINHO DE LIMPEZA MOP KIT 3, completo – kit composto pelos seguintes itens: balde dobrô 30 litros – 2	BRALIM PIA	CARRINH O DE LIMPEZA MOP KIT 3,	R\$1.619,75	R\$3.239,50

FC

			águas, cabo alumínio – 1,40 m, garra euro plástica, refil loop com cinta – 320g, placa sinalizadora piso molhado, pá pop, conjunto MOP pó – 60		completo – kit comp		
32	15	UNID ADE	TAPETE SANITIZANTE 70 X 100 CM	KAPAZI	TAPETE SANITIZ ANTE 70 X 100 CM	R\$218,6 8	R\$3.280,2 0
34	100	UNID ADE	SUPORTE PARA PAPEL TOALHA / PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO. Dispenser de parede para banheiro que possibilite o uso tanto para Papel Toalha Interfolhado quanto para Papel Higiênico Rolão 8x300 e 8x500.	NOBRE	SUPORTE PARA PAPEL TOALHA / PAPEL HIGIÊNICO O ROLÃO.	R\$26,98	R\$2.698,0 0

Fornecedor

Razão Social: VERTENTE DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

CNPJ: 28.209.943/0001-48

Endereço: Alameda das Gardênias, Quadra C4, Lote 12/29, n. 1.867, Residencial Maria Monteiro, Trindade/GO.

CEP: 75.384-627

Telefone: + 55 62 3094 8824

E-mail: vertente@vertentedistribuicao.com

Representante Legal

Nome: Daniel de Paula Silva Tavares

JC

ITEM	QTD	UNID ADE	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	V. UNIT.	V. TOTAL
21	400	UNID ADE	PANO DE LIMPEZA ALVEJADO INDUSTRIAL, TIPO SACO ATOALHADO 30 CM X 58 CM	ATIVA TEXTIL	UNIDADE	R\$7,49	R\$2.996,0 0
22	350	UNID ADE	PANO DE LIMPEZA ALVEJADO, TIPO TOALHA, LIMPEZA INDUSTRIAL, TAMANHO 80 CM X 90 CM	ATIVA TEXTIL	UNIDADE	R\$10,14	R\$3.549,0 0
26	40	UNID ADE	RODO 60 CM (ALUMÍNIO)	RODOBE M	UNIDADE	R\$23,92	R\$956,80

2.2. Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos aos contratados dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, A negativa de adesão tem como fundamento a necessidade de preservação da autonomia administrativa e da adequada gestão dos recursos públicos. A Administração busca assegurar a competitividade e a transparência em seus processos licitatórios, resguardando seus interesses e dos fornecedores, que poderiam ser lesados pela possível sobrecarga gerada sobre a instituição e seus servidores, fazendo com que suas demandas se tornem morosas, e ocorra consideráveis prejuízos no processo de fiscalização da atividade pública.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação, estão programadas em dotação orçamentária prevista no orçamento para o exercício de 2025, e serão devidamente

JC

informadas quando da efetiva aquisição/contratação, através de nota de empenho / autorização de empenho.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES REGISTRADOS

5.1. São obrigações dos licitantes REGISTRADOS, entre outras:

5.1.1. Assinar a ordem de serviço com a FIMES, no prazo máximo 02 (dois) dias úteis, contados da solicitação formal.

5.1.2. Realizar os serviços de acordo com a especificação e demais condições estipuladas no Edital, em especial no termo de referência;

5.1.3. Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela FIMES, bem como de acordo com a legislação pertinente à matéria, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.1.4. Efetuar a entrega dos objetos, em perfeitas condições, em estrita observância das especificações da ata e do termo de referência, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações do modelo, procedência e prazo de garantia, no local e data indicado pela CONTRATANTE, conforme ordem de fornecimento recebida.

5.1.5. A embalagem deverá garantir a proteção dos materiais durante o transporte e/ou estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na legislação em vigor e especialmente conforme determinado no instrumento convocatório.

5.1.6. Substituir às suas expensas, após notificação formal, os serviços realizados ou objetos entregues em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência (Anexo I), ou que apresentem vícios de qualidade ou falhas, verificadas pela CONTRATANTE, na forma do serviço ou no cumprimento das demais obrigações assumidas nesta ata.



5.1.7. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.1.8. A falta de quaisquer produtos não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.1.9. Manter as condições de habilitação e qualificação técnica do ato da contratação, observando e acatando as disposições do artigo 92 Lei 14.133/2021, que sejam cabíveis à natureza deste instrumento ou através da certidão/certificado aludido no inciso II, do artigo 69 da supracitada lei.

5.1.10. Acatar com as disposições da legislação vigente inerente ao objeto desta ata, respeitando e primando especialmente pelo cumprimento dos artigos 117 a 121 da Lei 14.133/2021.

5.1.11. Ressarcir os eventuais prejuízos causados à FIMES aos órgãos participantes e / ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços;

5.1.12. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, a Administração ou a terceiros.

5.1.13. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, frete, e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, ficando, ainda, a FIMES isenta de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária.

JC

5.1.14. Pagar pontualmente os seus fornecedores e as obrigações fiscais com base na presente ata, exonerando a FIMES de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

5.1.15. Cumprir, durante todo o período de execução da ata, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, e para aprendiz.

5.1.16. Comunicar imediatamente a CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência relacionada a prestação do serviço, bem como qualquer outra que seja necessária ao perfeito cumprimento do contrato;

5.1.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

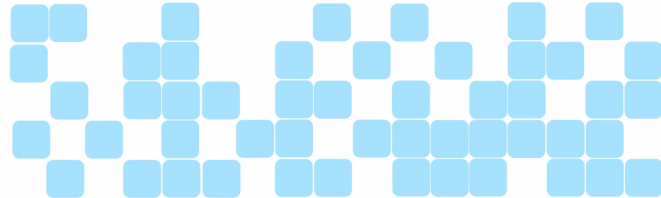
5.1.18. Responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes do fornecimento, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.1.19. Manter endereço, telefones, e-mails e outros meios de comunicação sempre atualizados, devendo comunicar de forma imediata ao Contratante quaisquer mudanças ou alterações feitas nestes.

5.2. A fiscalização exercida na prestação dos serviços não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA**, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE





6.1. São obrigações da FIMES, entre outras:

6.1.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo estabelecido.

6.1.2. Gerenciar esta Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes desta Ata;

6.1.3. Expedir as comunicações dirigidas à CONTRATADA e exigir, a qualquer tempo, que seja entregue qualquer produto que julgar insuficientes, inadequados ou em desconformidade com o solicitado.

6.1.4. Examinar o serviço, visando avaliar suas características (quantidade, qualidade e especificações), e informar a CONTRATADA do aceite ou eventual substituição do(s) serviço(s) realizado(s) em desacordo com as especificações, exceto quando o aceite depender de laudo ou parecer técnico;

6.1.5. Acompanhar e fiscalizar, através de servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei n. 14.133/2021, a perfeita execução da presente Ata Registro de Preços, podendo rejeitar, no todo ou em parte, as publicações realizadas em desacordo com as obrigações pactuadas;

6.1.6. Notificar a CONTRATADA acerca de qualquer irregularidade encontrada na prestação do serviço;

6.1.7. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;

6.1.8. Aplicação de sanções ao CONTRATADO motivadas pela inexecução total ou parcial da ATA.

6.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata, bem como

por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.2. Caberá a FIMES promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A execução dos serviços, objeto da licitação, deverá obedecer às especificações contidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO E LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

8.1. Os objetos relacionados na cláusula anterior deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e em conformidade com as especificações da proposta no prazo 10 dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento (AF), feita pela Contratante, devendo o fornecimento ocorrer de forma parcelada, de acordo com as quantidades requisitadas, periodicamente, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.2. O objeto deverá ser cumprido de acordo com as especificações e quantidades constantes no Item 2.1, nos endereços abaixo, a depender do estipulado na Ordem de Fornecimento:

• **Campus I – UNIFIMES – Centro Universitário de Mineiros-GO**
Rua 22, s/nº, Setor Aeroporto, Mineiros-GO, CEP 75.833-130

• **Campus III - Campus Trindade**
Avenida Guapó, Quadra 45, Lote 1, Setor Maysa, Trindade – GO. CEP 75.380-289.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser



prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTRATAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

10.3. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada

10.4. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Eletrônico, a Administração, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida a ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

10.5. O Registro de Preços efetuado não obriga a Administração a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO À CONTRATADA

11.1. A FIMES pagará à **CONTRATADA**, pela prestação do serviço o valor registrado nesta Ata de acordo com a quantidade efetivamente entregue em até 30

JC

(trinta) dias, após o recebimento definitivo e emissão da nota fiscal e documentos fiscais.

11.2. Previamente ao pagamento, será realizada consulta de CND'S, para verificação da situação da CONTRATADA, relativamente às condições de habilitação exigidas na licitação.

11.3. Constatada a situação de irregularidade da CONTRATADA, a Administração promoverá advertência à contratada, por escrito, para que a mesma regularize a sua situação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis ou, no mesmo prazo, apresente defesa, que será avaliada e decidida.

11.4. No caso de não ser regularizada a sua situação fiscal e trabalhista, nem ser acolhida às razões de defesa, a CONTRATANTE oficiará aos Órgãos Fiscais e a CONTRATADA estará sujeita a rescisão do Contrato além das penalidades previstas neste contrato.

11.5. O pagamento será efetuado através de boleto, ou crédito em conta bancária, exclusivamente em nome da **CONTRATADA**, mediante apresentação do documento fiscal competente, juntamente com os documentos pertinentes. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições conforme a legislação aplicável e vigente.

11.6. Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária pelo índice do IGPM, bem como juros moratórios, à razão de 0,5 % (meio por cento) ao mês, calculados "*pro rata temporis*" em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES E ATUALIZAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

12.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis,



que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

12.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

13.1. A hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

13.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro



de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar a negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

13.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

13.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.2 e no item 13.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

14.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

14.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

14.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

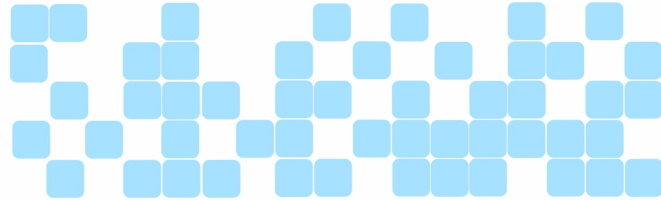
14.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

JC



14.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

14.4.1. Por razão de interesse público;

14.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

14.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

15.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO

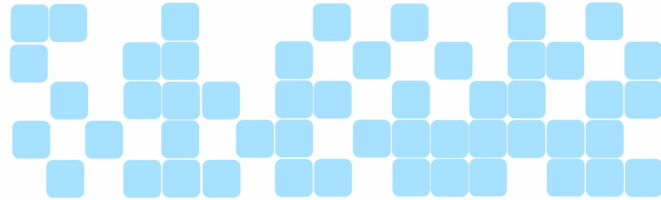
16.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas no art. 104 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

16.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

16.3. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 104 da Lei nº 14.133/2021.

16.4. O Termo de Rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

16.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



16.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Nos termos do Art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021, o servidor responsável pela fiscalização deste instrumento será designado por Decreto ou Portaria, e ficará responsável por fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, sendo-lhe asseguradas as prerrogativas:

17.1.1. fiscalizar e atestar a execução do objeto contratual, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições aqui estabelecidas;

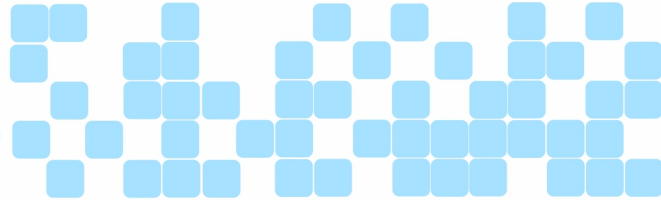
17.1.2. comunicar eventuais falhas na execução, cabendo à CONTRATADA adotar as providências necessárias;

17.1.3. garantir à CONTRATADA toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados aos serviços.

17.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego do fornecimento inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante.

17.3. O fiscal da contratação anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

17.4. O fiscal da contratação informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 18.1.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 18.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 18.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 18.4.** As partes declaram-se cientes de que o descumprimento da confidencialidade implicará nas sanções previstas no art. 52, da Lei n. 13.709/18, quais sejam:
- 18.4.1.** Advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;
 - 18.4.2.** Multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;
 - 18.4.3.** Multa diária, observado o limite total a que se refere o inciso II;
 - 18.4.4.** Publicidade da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência;
 - 18.4.5.** Bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;
 - 18.4.6.** Eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração;
 - 18.4.7.** Suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que

se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período;

18.4.8. Proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

18.5. A parte que incorrer no descumprimento desta cláusula, além das sanções supramencionadas, incorrerá na responsabilidade integral pelo pagamento de perdas e danos diretos comprovados mediante sentença judicial transitada em julgado.

18.6. Caso uma das partes seja obrigada, por determinação legal, a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar a outra, para que tome as medidas cabíveis

18.7. As partes deverão notificar, em até 24 (vinte e quatro) horas em caso de descumprimento dos termos nesta cláusula acordados, ainda que apenas suspeito, ou qualquer outra violação de segurança.

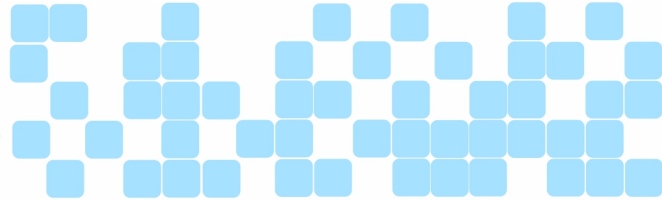
18.8. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do **CONTRATADO** eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações, tal obrigação é válida para ambas as partes.

18.9. É dever do **CONTRATADO** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

18.10. O **CONTRATADO** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância, do mesmo modo é a **CONTRATANTE**, tendo que exigir de seus demais suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres relativos à proteção de dados, tocando-lhe a devida responsabilidade.

18.11. O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.





- 18.12.** O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações necessárias para o cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado, respeitado o sigilo constitucional o qual está submetida.
- 18.13.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo tal obrigação bilateral.
- 18.14.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD, sendo tal obrigação bilateral.
- 18.15.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

- 19.1.** As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com as disposições do Edital que rege este certame e as propostas apresentadas pelas CONTRATADAS, prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.
- 19.2.** Os casos omissos serão examinados pela Contratante, segundo as disposições da Lei nº 14.133/2021 e outras normas federais aplicáveis a licitações e contratos administrativos. Subsidiariamente, serão consideradas também as disposições da Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

20.1 A publicação do presente ocorrerá no Portal Nacional das Contratações Públicas – PNCP, sendo condição indispensável à sua eficácia, nos termos do e prazos do Art. 94, da Lei 14.133/21.


CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da comarca do município de Mineiros, Estado de Goiás, para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta Ata de Registro de Preços que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata em vias de igual teor e forma.

Mineiros, 11 de dezembro de 2025.

SIGNATÁRIO


Juliene Rezende Cunha
Data 12/12/2025 08:03
#3a48da7ad6ca11f0800e42010a2b601f

FUNDAÇÃO INTEGRADA MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR - FIMES
ÓRGÃO GERENCIADOR

REPRESENTANTES LEGAIS DOS FORNECEDORES REGISTRADOS

SIGNATÁRIO


Assinado eletronicamente por
FRANCIELITON R. DOS S. DE ALBERNAZ
Data 11/12/2025 16:52
#3a5c33e3d6ca11f0800e42010a2b601f

FAM ATACADO E DISTRIBUICAO
DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO
LTDA

SIGNATÁRIO


CAIO CESAR
Data 12/12/2025 17:17
#3a64d2fad6ca11f0800e42010a2b601f

GOIASPAPER DISTRIBUIDORA
LTDA





Juliana M
Juliana A. C. De Moraes
Data 12/12/2025 14:50
#3a6e44a2d6ca11f0800e42010a2b601f

SIGNATÁRIO

JV ATACADAO LTDA



LUIZA Q
LUIZA C. A. DE O. QUEIROZ
Data 12/12/2025 14:19
#3a7851d6d6ca11f0800e42010a2b601f

SIGNATÁRIO

**LBM INDUSTRIA E COMERCIO
LTDA**



Assinado eletronicamente por
Flávia de S. M. Luciano
Data 11/12/2025 17:23
#3a5245eed6ca11f0800e42010a2b601f

SIGNATÁRIO

**TOTAL SEGURANCA
EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA
E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS
LTDA**



Daniel T
Daniel De Paula Silva Tavares
Data 12/12/2025 11:11
#3a961f01d6ca11f0800e42010a2b601f

SIGNATÁRIO

**VERTENTE DISTRIBUIÇÃO E
SERVIÇOS EIRELI**

TESTEMUNHAS:



Pedro Henrique Martins Goulart
Pedro Henrique Martins Goulart
Data 11/12/2025 16:48
#3a825051d6ca11f0800e42010a2b601f

TESTEMUNHA

1)

CPF: 009.700.321-29



Maria B
Maria Vitória Franco Berlt
Data 11/12/2025 17:10
#3a8bfc39d6ca11f0800e42010a2b601f

TESTEMUNHA

2)

CPF: 702.633.411-51

JC